

Uma Curta Reflexão Sobre Marabá e as Enchentes



Rosana da Silva Matos¹; Ceres Daiane Gavioli Ramos dos Santos^{1 e 2};
Sara Brigida Farias Ferreira^{1 e 2}.

¹ Faculdade dos Carajás; ² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

RESUMO

Marabá é uma cidade localizada no sudeste paraense muito citada na literatura regional. Seu destaque deve-se ao seu protagonismo nos projetos de desenvolvimento que modificaram o território amazônico em diversas frentes, seja pela esfera cultural, econômica, política ou social. Porém, a mídia sempre relata as problemáticas das enchentes que obriga ribeirinhos a se retirarem de suas casas e buscarem abrigos seguros como moradias provisórias. O intuito deste estudo não é exaurir a temática, porém refletir sobre a mesma. A migração que acontece durante o período de enchentes é vista em Marabá como uma estratégia de sobrevivência da população urbana em face das condições difíceis. A explicação para essas condições difíceis nas áreas mencionadas está relacionada à história do desenvolvimento de Marabá. Dessa forma, para a construção do presente trabalho, fez uso de literaturas que versam sobre a temática, com o intuito de manter o tema ativo no âmbito acadêmico e científico.

Palavras-chave: Marabá, Ribeirinhos, Enchentes, Pará.

ABSTRACT

Marabá is a city located in the southeast of Pará that is frequently mentioned in regional literature. Its prominence is due to its leading role in development projects that modified the Amazon territory on several fronts, whether in the cultural, economic, political or social sphere. However, the media always reports on the problems of flooding, which forces riverside residents to leave their homes and seek safe shelters such as temporary housing. The purpose of this study is not to exhaust the topic, but to reflect on it. The migration that takes place during the flood period is seen in Marabá as a survival strategy for the urban population in the face of difficult conditions. The explanation for these difficult conditions in the mentioned areas is related to the history of Marabá's development. Thus, to construct this work, we used literature that deals with the topic, with the aim of keeping the topic active in the academic and scientific sphere.

Key Words: Palavras-chave: Marabá, Ribeirinhos, Floods, Pará.

1. INTRODUÇÃO

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ao qual o Brasil aderiu em 1992, estabelece o direito universal a um padrão de vida adequado, abrangendo necessidades básicas como alimentação, vestuário e moradia adequada, com o objetivo de melhorar continuamente as condições de vida. O conceito de sustentabilidade, descrito por Claro e Claro (2004), ressalta a importância da colaboração para aprimorar a qualidade de vida, abordando questões sociais, como a redução das

desigualdades e o acesso a moradias dignas, bem como questões ambientais, como a preservação dos recursos naturais e a eficiência energética.

Frequentemente, a pobreza e a desigualdade se manifestam na privação de moradias adequadas, o que inclui a falta de acesso a serviços essenciais como água potável, coleta de resíduos, saneamento básico e tecnologia. A informalidade urbana abrange questões relacionadas a habitações inadequadas, problemas ambientais, carência de infraestrutura urbana e desafios legais associados à posse de terras e contratos de uso. Essas condições refletem a dinâmica do capitalismo, que contribui para a criação e acentuação das disparidades de classe social e segregação espacial.

Nesse contexto, é de suma importância compreender o impacto da produção capitalista do espaço, conforme delineado por David Harvey, que enfatiza a transição do governo de um papel predominantemente administrativo para um perfil mais empreendedor (COSTA, 2006). Essa mudança reflete nas disparidades entre as classes sociais, agravando a pobreza e a desigualdade, empurrando trabalhadores desempregados e carentes para condições marginais.

Um exemplo notório desse fenômeno é a negação do direito humano à moradia, um direito fundamental reconhecido na Constituição Federal, ao lado de outros direitos essenciais, como educação, saúde, alimentação e segurança. O reconhecimento desse direito destaca a necessidade de preencher as lacunas nas políticas sociais para combater a desigualdade social que se reflete nas condições de vida dos habitantes de favelas, pessoas em situação de rua e até daqueles que, embora tenham moradia, vivem em condições sub-humanas que comprometem outros direitos fundamentais.

Essa preocupação com o direito à moradia como um elemento vital da dignidade humana é aplicável tanto ao meio urbano quanto às áreas rurais, onde a desigualdade se manifesta na questão fundiária, com raízes históricas no sistema de sesmarias da era colonial, conforme observado por Galvão (2006). Em ambas as esferas, urbana e rural, a negação do direito à moradia equivale a uma violação dos princípios da dignidade humana e da qualidade de vida.

Diante de tal contexto, o presente artigo dedica-se a refletir sobre as condições dos ribeirinhos marabaenses durante o período das enchentes. Marabá, cidade paraense, conta com um desenvolvimento notório no estado em que está situada, sendo destaque na região por conta da sua localização geográfica relacionada aos grandes projetos de desenvolvimento originados no governo federal.

2. UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE MARABÁ E A MORADIA RIBEIRINHA

A formação histórico-territorial de Marabá está intimamente ligada à evolução dos ciclos de extração na região amazônica, que desempenharam um papel crucial no desenvolvimento e estabelecimento de diversas comunidades na Amazônia. Inicialmente, a ênfase recaía sobre a exploração da borracha como a principal atividade extrativa, posteriormente migrando para a coleta de castanhas. Esse processo testemunhou uma mudança gradual nos métodos de produção e, por consequência, na qualidade de vida da população local, como observado por Bunker (2004).

Inicialmente, essas mudanças estavam vinculadas a desigualdades nas relações entre as elites locais, compreendendo arrendatários e comerciantes, e a classe trabalhadora. De acordo com Rodrigues (2015), as elites exerciam controle sobre a produção de borracha e castanha através de relações de troca, frequentemente empregando violência e coerção.

De forma geral, a organização do território atribuía funções distintas aos elementos que compunham a economia. A várzea e a floresta eram destinadas à fixação e subsistência das comunidades, enquanto o rio desempenhava um papel vital na circulação de pessoas e mercadorias, conforme Salgado e Castro (2017). Segundo Silveira (2001), a migração que originou o povoado de Itacaiúnas também levou ao estabelecimento do Lago Vermelho em 1896, resultando na criação do município de Itupiranga. Adicionalmente, na margem direita do rio Tocantins, outro povoamento deu origem à cidade de Jacundá.

Conforme destacado por Porto-Gonçalves (2015), é crucial reconhecer que as disparidades sociais e a economia informal na Amazônia possuem características distintas devido ao seu histórico de desenvolvimento, marcado por uma rica diversidade em termos sociais, econômicos e ambientais. Portanto, para realizar análises precisas, é essencial levar em consideração os diversos contextos ambientais e socioculturais na região amazônica.

Conforme observado por Trindade Júnior (2011), o progresso de Marabá está intrinsecamente vinculado à execução de extensos projetos federais na década de 1970, como o Projeto Grande Carajás, além das migrações, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980. Atualmente, a cidade possui um porte médio, desempenhando um papel central em sua sub-região e exercendo considerável influência sobre as localidades vizinhas. Sua população é majoritariamente composta por indivíduos de segunda ou terceira geração oriunda de diversos estados, notadamente do Nordeste.

Na década de 1980, a exploração mineral em Carajás e a criação de assentamentos agrícolas estimularam o povoamento da região que posteriormente se

tornou o município de Parauapebas, desmembrando-se de Marabá em 1989. A mineração continua sendo uma atividade fundamental em Parauapebas, desempenhando um papel essencial na formação do Núcleo Urbano de Carajás, de acordo com Redón (2022). Outros fatores influenciaram no desenvolvimento local marabaense, como o Programa de Integração Nacional, a Guerrilha do Araguaia e a construção da Estrada de Ferro Carajás.

Como foi uma cidade que se originou às margens do rio Itacaiúnas e sendo fundada em 1913 (CÂMARA MUNICIPAL DE MARABÁ, 2022), segundo Lima (2021), a maneira de viver das comunidades ribeirinhas está intimamente conectada ao conceito de "território líquido". Essa perspectiva engloba os estilos de vida e sua influência nas práticas de cuidado. A mobilidade e a fluidez inerentes a esse "território líquido" possibilitam a incorporação da sazonalidade, caracterizada pelo ciclo de cheias e vazantes, envolvendo indivíduos, instituições e serviços.

As políticas públicas relacionadas à população ribeirinha devem honrar suas raízes e cultura, como ressaltado por Ferreira (2013), dado que essa comunidade tem um histórico de desenvolvimento marcado por conflitos e mantém um estilo de vida tradicional, que se diferencia da lógica capitalista global.

De acordo com a análise de Soares et al. (2020), a Região Amazônica pode ser dividida em dois ecossistemas: áreas que não sofrem inundações durante as estações chuvosas e áreas próximas aos rios, onde vivem os ribeirinhos. As inundações fazem parte da rotina dessas comunidades, embora possam representar desafios para a sua subsistência. É imperativo que a presença de inundações não prejudique as condições de vida e a dignidade dos ribeirinhos. Nesse contexto, a ausência de ação pública pode ser considerada uma violação da dignidade humana, especialmente no que se refere ao direito à habitação digna.

Nessa seara, é de extrema importância implementar ações eficazes para mitigar as dificuldades enfrentadas pelos habitantes expostos a uma vulnerabilidade intensificada por questões ambientais. Isso implica em conciliar projetos de infraestrutura com medidas de preservação e restauração ambiental, com um foco especial em regiões como, segundo Raiol (2010), o Bairro Francisco Coelho, também citado pelo autor como "Cabelo Seco".

No geral, as diversas áreas de Marabá apresentam características distintas, conforme previsto na Lei nº 17.846/2018. A título de exemplo, a Zona de Expansão Urbana da Cidade Nova se destaca por sua ocupação de espaços urbanos reservados para futuras expansões do município (MARABÁ, 2018).

É essencial compreender a situação das comunidades em bairros que, ao longo da história, têm sido subvalorizados, como o histórico bairro Francisco Coelho, que enfrenta com frequência problemas de inundação. Esse bairro teve seu início antes dos

anos 1970 e registrou um aumento na população devido a migrações. No entanto, apesar do crescimento demográfico e da manutenção de aspectos culturais ligados à população local e regional, a infraestrutura local não acompanhou esse desenvolvimento de maneira satisfatória (ALMEIDA, 2011).



FIGURA 1: RUA DO BAIRRO FRANCISCO COELHO LOCALIZADO EM MARABÁ-PA.
FONTE: REDÓN ET AL., 2022.



FIGURA 2: BAIRRO FRANCISCO COELHO
FONTE: MARABÁ, 2020.

Conforme Almeida (2011), as intervenções do Governo Federal, destinadas a criar uma cidade mais adequada para grandes projetos e resolver os problemas de enchentes, não conseguiram atingir os resultados desejados. Após a implementação de Nova Marabá,

a cidade enfrentou inundações significativas, particularmente nos anos de 1990 e 1997. A enchente de 1990 afetou mais de 90% das propriedades na área de Marabá Velha, levando ao fechamento de muitos estabelecimentos comerciais.

A tabela 1 demonstra o percentual de atingidos pelas cheias do Rio Tocantins no município de Marabá-PA entre 1976 e 2004:

TABELA 1 – ATINGIDOS PELO RIO TOCANTINS EM MARABÁ (EM PORCENTAGEM)

Ano	Nível DNAEE (M)	Atingidos pelas enchentes	Ano	Nível DNAEE (M)	Atingidos pelas enchentes
1976	8,99	80,87	1990	14,41	86,29
1977	12,43	84,31	1991	12,19	84,07
1978	14,47	86,35	1992	13,52	85,40
1979	14,45	86,33	1993	10,34	82,22
1980	17,42	89,30	1994	12,13	84,01
1981	12,41	84,29	1995	11,41	83,29
1982	13,12	85,00	1997	14,23	86,11
1983	12,44	84,32	1998	9,86	81,74
1984	10,19	82,07	1999	9,10	80,98
1985	13,14	85,02	2000	12,58	84,46
1986	12,59	84,47	2001	10,57	82,45
1987	10,54	82,42	2002	12,56	84,44
1988	11,56	83,44	2003	11,30	83,18
1989	10,81	82,69	2004	13,50	85,38

FONTE: GEO MARABÁ (2010). ELABORADO PELAS AUTORAS.

As enchentes continuam atingindo os moradores da região até os dias atuais. Pode-se observar que, embora o projeto aparente ter como alvo as classes de menor poder aquisitivo, a capacidade de compra continua a ser o fator predominante, o que resulta na exclusão da parte da população que não dispõe de recursos para adquirir moradia. Isso reforça a contradição subjacente à produção do espaço, na qual interesses de grupos específicos exercem influência significativa, como destacado por Silva (2020).

Por isso, este trabalho vem reforçar a necessidade de uma abordagem das demandas sociais, com ênfase na garantia do direito à moradia, não deve negligenciar a importância de alocar recursos para a preservação da herança cultural. Nesse contexto, fica claro que as iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população

ribeirinha, especialmente no que se refere à habitação, devem transcender as políticas atuais. De acordo com Lira e Chaves (2015), as políticas públicas amazônicas frequentemente entram em conflito com os interesses e necessidades de diversos segmentos da população local, uma vez que essas ações muitas vezes são justificadas pela necessidade de desenvolver e integrar a região à economia global e aos principais centros urbanos do país.

3. CONCLUSÃO

A análise destaca que as cidades no sudeste do Pará, especialmente Marabá, surgiram às margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas, tornando-se cidades ribeirinhas. No entanto, os projetos arquitetônicos e políticas públicas não refletiram a identidade e diversidade cultural das comunidades ribeirinhas, resultando em carência de habitações adequadas e moradias precárias. As enchentes frequentes durante as chuvas intensas tornam as comunidades ainda mais vulneráveis.

As políticas públicas direcionadas às famílias afetadas pelas enchentes em Marabá costumam ser medidas paliativas, envolvendo a realocação temporária, sem considerar devidamente a dignidade e o vínculo cultural. É imperativo que essas políticas respeitem o patrimônio cultural e histórico das comunidades ribeirinhas, como preconizado na Constituição Federal. O conceito de moradia digna deve incluir o respeito ao vínculo cultural e histórico das pessoas com suas casas, uma vez que a interrupção temporária desse vínculo pode resultar na perda gradual de elementos culturais e memórias compartilhadas.

O direito à moradia digna é um direito humano fundamental e internacionalmente reconhecido. Portanto, é vital que as políticas públicas efetivamente considerem o vínculo cultural das comunidades ribeirinhas. Em Marabá, é essencial revisar e aprimorar o Plano Diretor e outras políticas relacionadas à habitação das comunidades ribeirinhas, visando soluções sustentáveis e inclusivas que levem em consideração sua identidade cultural e promovam sua participação ativa no planejamento e implementação das políticas públicas.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. J. Os riscos naturais e a história: o caso das enchentes em Marabá (PA). **Tempos Históricos**, v. 15, p. 205-238, 2011.

BUNKER, S. G. Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira Belém, **Novos Cadernos NAEA**, 2003.

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel. Desenvolvimento de indicadores para monitoramento da sustentabilidade: o caso do café orgânico. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 39, n.1, p. 18-29, jan/fev/mar 2004.

GEO MARABÁ. **Perspectivas para o meio ambiente urbano**. Pará, Belém: 2010. Disponível em: <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/geo-maraba-perspectivas-para-o-meio-ambiente-urbano.pdf>. Acesso em 14 mar. 2023

MARABÁ. **Lei nº 17.846, de 29 de março de 2018**. Dispõe sobre a revisão do plano diretor participativo do município de Marabá, instituído pela lei municipal nº 17.213 de 09 de outubro de 2006, e dá outras providências. Disponível em: http://www.governotransparente.com.br/transparencia/documentos/4466490/download/29/Plano_Diretor_Participativo_%2017.846_Março_2018.pdf. Acesso em 30 out. 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2015.

RAIOL, J. A. **Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Marabá**. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. 2010. Disponível em: <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/geo-maraba-perspectivas-para-o-meio-ambiente-urbano.pdf>. Acesso em 03 dez. 2022.

REDÓN, S. M. et al. Formação e caracterização de núcleos urbanos Informais no sudeste paraense. In: KRAUSE, C.; DENALDI, R. **Núcleos urbanos informais: abordagens territoriais da irregularidade fundiária e da precariedade habitacional**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11549/10/218229_LV_Nucleos-Urbanos_Cap06.pdf. Acesso em 03 abr. 2023.

SALGADO, V. S. P.; CASTRO, E. R. B. **A formação socioespacial histórico das cidades de Marabá e Parauapebas, e a influência do projeto de ferro Carajás**. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt11_1506997793_arquivo_artigosinga2017_modificado.pdf. Acesso em 24 mar. 2023.

SILVA, S. S. **Programa minha casa minha vida e produção do espaço urbano em Marabá (PA)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28102020-194756/en.php>. Acesso em 03 abr. 2023.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. Cidades Médias da Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, nov. 2011.